

# PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE NA ATENÇÃO INTEGRAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS¹

ANDRETTA, Julia<sup>2</sup>
BERTOLA, Eduarda<sup>3</sup>
DI FERDINANDO, Maria Eduarda<sup>4</sup>
LOPES, Vitória<sup>5</sup>
RADAELLI, Patrícia Barth<sup>6</sup>

#### **RESUMO**

A promoção da saúde engloba estratégias voltadas para capacitar os indivíduos a obterem controle sobre sua saúde e seus determinantes, de forma a desenvolver capacidades de autocuidado que proporcionam maior qualidade de vida e redução de doenças tanto de forma individual quanto coletivamente. O objetivo do artigo é analisar, através da revisão de literatura, a prevenção e a promoção de saúde com ênfase nos desafios e estratégias de implantação do modelo no sistema na atenção integral à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção da saúde, saúde coletiva, cuidado multiprofissional, prevenção de doenças.

## 1. INTRODUÇÃO

O artigo abordará a relevância da prevenção na prática médica e na promoção da saúde, analisando seus benefícios e vantagens em relação ao tratamento direto da doença, seus desafios, e sua compreensão na área médica. Seu conceito é definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a prática de ações que visam resguardar a saúde e precaver o aparecimento de doenças e enfermidades, o principal meio de controle utilizado é através da atenção primária à saúde (APS), que tem seu foco no cuidado à população em um serviço abrangente e focado nas necessidades de bemestar, ao invés de apenas o tratamento de comorbidades.

A problematização é baseada em um questionamento constante: a busca pelo porque nosso sistema de saúde é focado na cura e não na prevenção de doenças. A importância da ação preventiva é de conhecimento no âmbito da saúde, sendo amplamente divulgado pelos profissionais da área,

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Esse artigo é o Resultado de Uma Pesquisa Desenvolvida na Disciplina de Leituras Multiculturais e Sociodiversidade PRODEPP do 7º período do Curso de Medicina do Centro Universitário Assis Gurgacz.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Acadêmica do 7º período de Medicina do Centro FAG jbbandretta@minha.fag.edu.br

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Acadêmica do 7º período de Medicina do Centro FAG efbertola@minha.fag.edu.br

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Acadêmica do 7º período de Medicina do Centro FAG medfpinto@minha.fag.edu.br

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Acadêmica do 7º período de Medicina do Centro FAG vclopes@minha.fag.edu.br

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Professora Orientadora. Graduada em Letras e Pedagogia. Mestre em Letras: Linguagem e Sociedade (UNIOESTE). Doutora em Letras (UNIOESTE). Docente e Coordenadora do Núcleo de Atendimento e Apoio ao Estudante – NAAE do Centro Universitário Assis Gurgacz <a href="mailto:patriciab@fag.edu.br">patriciab@fag.edu.br</a>



porém, suas adversidades se mantêm frequentes, já que cada vez mais a população parece desenvolver doenças crônicas, muitas antes preveníveis com hábitos saudáveis, e progressivamente o sistema passa a destacar mais os enfermos em sua atenção.

Logo, o artigo desenvolverá, através de uma revisão bibliográfica e literária, a dificuldade da promoção da saúde à comunidade e a perspectiva dos profissionais de sua área, com a fundamentação baseada no desenvolvimento e análise de autores como Silva, Cota e Rosa (2013), Tesser (2017) e Gurgel *et al.* (2010).

# 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A promoção em saúde é compreendida como um processo que visa ampliar a autonomia dos indivíduos e comunidades sobre sua própria saúde, conforme preconizado pela Organização Mundial da Saúde — conceito esse amplamente discutido em documentos internacionais, como a Carta de Ottawa (1986), que se trata de um conjunto de estratégias voltadas à melhoria das condições de vida, com foco na equidade, participação social e fortalecimento do autocuidado. Nesse sentido, Gurgel et al. (2010) destacam que "capacitar as pessoas para aumentar o controle sobre sua saúde e seus determinantes" é a essência da promoção da saúde.

A prevenção em saúde, por sua vez, abrange intervenções voltadas à redução de riscos, à detecção precoce de agravos e à limitação de danos, sendo tradicionalmente dividida em primária, secundária, terciária e quaternária. TESSER (2017) introduz a noção de prevenção quaternária como um contraponto necessário à medicalização excessiva, enfatizando a necessidade de proteger indivíduos contra condutas não indicadas. Segundo o autor, "a prevenção quaternária consiste na identificação de pessoas em risco de medicalização excessiva e sua proteção contra novas intervenções desnecessárias, evitando danos iatrogênicos".

Na perspectiva das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), as ações preventivas e promocionais ganham ainda mais relevância. Segundo Silva, Cotta e Rosa (2013), essas doenças compartilham fatores de risco comuns — como sedentarismo, má alimentação e tabagismo — que devem ser enfrentados por meio de estratégias populacionais integradas. Os autores reforçam que "pequenas mudanças em fatores de risco e hábitos saudáveis teriam, potencialmente, grande impacto na saúde pública".



A literatura também evidencia que as ações de promoção de saúde devem ultrapassar os limites dos serviços clínicos, alcançando os contextos sociais, culturais e comunitários. Isso inclui o ambiente familiar, escolar, de trabalho e os meios de comunicação, para ampliar o impacto das intervenções e reforçar o protagonismo dos sujeitos na gestão de sua própria saúde; e dessa forma, qualificar os sujeitos a exercerem uma maior autonomia acerca de sua saúde e os elementos que a condicionam.

Nesse contexto, diferentemente da prevenção que se concentra em evitar o surgimento de doenças, a promoção em saúde abrange um escopo mais amplo, incluindo o fortalecimento de políticas públicas, a criação de ambientes favoráveis e o desenvolvimento de habilidades pessoais.

## 2.1 Atenção Integral à Saúde no SUS

A integralidade consta entre os princípios doutrinários do Sistema Único de Saúde e traduzse como oferta contínua e articulada de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação, contemplando dimensões biológicas, psicológicas e sociais da pessoa. Essa diretriz foi inscrita na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei 8.080/1990, que sublinha a universalidade e a equidade como valores indissociáveis da integralidade do cuidado.

Segundo Cecílio (2001), "não há possibilidade de integralidade e equidade sem a garantia da universalidade do acesso" (p. 113), o que reforça que práticas integrais dependem tanto de desenho assistencial quanto de condições concretas de acesso à saúde.

Dentro desse arranjo, a Atenção Primária à Saúde (APS), vigente no Brasil por meio da Estratégia Saúde da Família (ESF), é "eixo estruturante do processo de reorganização do sistema de saúde, baseado na APS" (OLIVEIRA & col., 2015, p. 32). Ao fundamentar-se em vínculo, territorialização e abordagem familiar, a ESF converte-se em um espaço de ações de promoção e prevenção coerentes com a integralidade proposta nos princípios doutrinários do SUS.

## 2.2 Desafios na Implementação da Promoção e Prevenção

De acordo com Oliveira (2015), apesar das conquistas institucionais, persistem: a centralidade do tratamento de patologias e dos cuidados ao corpo biológico em detrimento ao cuidado do indivíduo como um todo, as dificuldades na implantação da integralidade e os déficits na formação das equipes. Esse predomínio do modelo biomédico faz com que intervenções preventivas apareçam de forma fragmentada ou pontual, descoladas dos determinantes sociais da saúde.



Outro obstáculo é a medicalização excessiva dos cuidados. Para Veras, Caldas e Cordeiro (2013), especialmente no cuidado ao idoso, é fundamental investir em estratégias de prevenção e reabilitação, pois não basta viver mais, é preciso garantir qualidade de vida nos anos adicionais. Isso se traduz na manutenção da funcionalidade e na postergação das fragilidades que acompanham o envelhecimento.

Por outro lado, a prevenção não deve ser confundida com medicalização precoce. Tesser (2017) alerta para os riscos da prevenção quaternária mal conduzida, que pode transformar indivíduos saudáveis em "doentes em risco", gerando ansiedade, intervenções desnecessárias e consumo de recursos que poderiam ser destinados aos que realmente necessitam de cuidados. A racionalização das práticas preventivas, portanto, precisa estar alinhada com uma visão crítica e ética da saúde, que priorize a escuta, o vínculo e o contexto social do paciente. Incorporar essa perspectiva supõe rever protocolos, rastreamentos e prescrições que geram mais danos que benefícios.

### 2.3 Perspectivas e Estratégias para Fortalecer a Atenção Integral

A Carta de Ottawa (1986) definiu promoção da saúde como "o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle desse processo". Nesse sentido, políticas públicas saudáveis, ambientes favoráveis, reforço da ação comunitária, desenvolvimento de habilidades pessoais e reorientação dos serviços formam o núcleo de estratégias recomendadas.

Na prática brasileira, potencializar a ESF continua sendo a via mais promissora para conjugar promoção e prevenção com integralidade. Isso pode ser implementado com equipes multiprofissionais, educação em saúde e planejamento local baseado em indicadores de saúde.

No campo das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), "pequenas mudanças em fatores de risco e hábitos de vida saudáveis teriam potencialmente grande impacto na saúde pública" (SILVA; COTTA; ROSA, 2013, p. 450). Isso reforça a importância de estratégias populacionais - taxação de tabaco, incentivo à atividade física, alimentação saudável - integradas a intervenções clínicas oportunas.

Por fim, enfrentar os determinantes sociais exige articulação intersetorial com educação, assistência social, cultura, esporte e comunicação social, ampliando o alcance das ações e promovendo equidade.



#### 3. METODOLOGIA

Este artigo trata-se de uma revisão bibliográfica, com o objetivo de reunir e analisar criticamente publicações científicas relevantes sobre Promoção e Prevenção em Saúde na Atenção Integral. A revisão visa fornecer uma visão abrangente sobre as políticas e práticas de prevenção em saúde, identificando pontos fortes, limitações e lacunas nas estratégias atuais do Sistema de Saúde brasileiro.

Para a seleção dos artigos, foram utilizadas bases como PubMed, Scielo e LILACS, utilizando os seguintes descritores "promoção de saúde", "prevenção em saúde", "atenção primária", "sistema de saúde", escolhidos devido à sua importância e correlação direta com o tema.

Os critérios de inclusão para os artigos compreenderam publicações disponíveis na íntegra e trabalhos que discutem políticas, práticas e críticas às estratégias de prevenção em saúde, com ênfase no contexto do Sistema de Saúde Público brasileiro, mais especificamente nos serviços de Atenção Primária. Os critérios de exclusão foram: artigos que não tratam especificamente de Promoção e Prevenção de Saúde, publicações que não abordam de forma significativa o sistema brasileiro e estudos que não apresentavam uma discussão crítica e aprofundada do tema.

A seleção das publicações foi feita em duas etapas: leitura dos títulos e resumos dos artigos encontrados, selecionando as publicações relacionadas com o tema, e, posteriormente, a leitura dos textos completos, considerando os aspectos metodológicos, resultados encontrados e conclusões.

A análise crítica dos artigos selecionados foi realizada com base em um referencial teórico sobre políticas de saúde pública, práticas de prevenção e promoção em saúde, com foco no Sistema de Saúde Brasileiro. A análise incluirá: avaliação da qualidade metodológica dos estudos, considerando o desenho da pesquisa, amostragem e validade dos resultados; identificação das principais estratégias de promoção e prevenção em saúde discutidas nos artigos, com ênfase nas abordagens adotadas pela Atenção Primária e discussão das críticas e limitações apresentadas pelos autores, bem como a identificação de lacunas nas políticas e práticas de saúde pública.

Os resultados da análise crítica foram sintetizados neste trabalho para fornecer uma visão geral das práticas e políticas de saúde no Brasil, com destaque para as possíveis melhorias e desafios na implementação de estratégias de promoção e prevenção em saúde no Sistema Público de Saúde.



# 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo ressalta a importância de abordagens de promoção e educação de saúde através de políticas multifatoriais, sobretudo na atenção primária, visando superar o modelo de cuidado centrado na doença e nos atendimentos de alta complexidade. A promoção de saúde reforça a capacidade de empoderamento e autonomia do indivíduo sobre a própria saúde, por meio do cuidado diário e longitudinal.

Os desafios atualmente enfrentados no sistema de saúde, evidenciam a necessidade de articulação entre os níveis de atenção e a busca da integração de fatores políticos, econômicos e sociais na formulação de políticas públicas que constroem um modelo de saúde mais sustentável e inclusivo, criando ambientes de cuidado favoráveis e a promoção de hábitos saudáveis que impactam positivamente a saúde coletiva.

Em suma, conclui-se que a promoção de saúde e a prevenção de doenças são pilares fundamentais na manutenção da qualidade de vida e bem-estar da população, com foco constante na integralidade do cuidado. O resultado disso é uma menor sobrecarga no sistema de saúde e o vislumbre de um futuro mais saudável.



#### REFERÊNCIAS

GURGEL, M. G. I.; ALVES, M. D. S.; MOURA, E. R. F.; PINHEIRO, P. N. C.; REGO, R. M. V. **Desenvolvimento de habilidades**: estratégia de promoção da saúde e prevenção da gravidez na adolescência. Rev. Gaúcha de Enfermagem. p.40-646, 2010.

SILVA, L. S.; COTTA, R. M. M.; ROSA, C. O. B. Estratégias de promoção da saúde e prevenção primária para enfrentamento das doenças crônicas: revisão sistemática. Rev Panam Salud Publica. p.343-350, 2013.

TESSER, Charles Dalcanale. **Por que é importante a prevenção quaternária na prevenção**? Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 52, n. 91, 2018. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/141548/136555. Acesso em: 6 maio 2025

VERAS, Renato Peixoto. **Modelo assistencial contemporâneo para os idosos**: a premência necessária. Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, Rio de Janeiro, v. 27, e240038, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbgg/a/gqY3yS3FTyc4Zrt5Sw4WMRs/?lang=pt. Acesso em: 6 maio 2025.

VERAS, Renato Peixoto; CALDAS, Célia Pereira; CORDEIRO, Hesio de Albuquerque. **Modelos de atenção à saúde do idoso**: repensando o sentido da prevenção. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 1189–1213, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/physis/a/Y3ftZJvT8KXT9PfVRwbDwjr/. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 22 mai. 2025.

BRASIL. Lei n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/18080.htm Acesso em: 22 mai. 2025.

CECÍLIO, L. C. de O. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. (org.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: IMS / UERJ; ABRASCO, 2001. p. 113-126. Disponível em: https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/10/7-integralidade.pdf Acesso em: 22 mai. 2025.

FERTONANI, H. P.; PIRES, D. E. P.; BIFF, D.; SCHERER, M. D. A. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1869-1878, 2015. DOI: 10.1590/1413-81232015206.13272014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/vmVFtZ9fv47T7dBZYFcvBzG/?lang=pt Acesso em: 22 mai. 2025.

TESSER, C. D.; NORMAN, A. H. Prevenção quaternária e medicalização: conceitos inseparáveis. Interface — Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu, v. 25, e210101, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/icse/a/tBtWN2F7b8Pbn5gXSHqH4TY/?lang=pt Acesso em: 22 mai. 2025.



WORLD HEALTH ORGANIZATION. Ottawa Charter for Health Promotion. Geneva: WHO, 1986. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/ottawa-charter-for-health-promotion. Acesso em: 22 mai. 2025.

BENTZEN, N. (ed.). WONCA Dictionary of General/Family Practice. Copenhagen: World Organization of Family Doctors, 2003. Disponível em: https://www.wonca.net/site/Default.aspx?PageID=1059 Acesso em: 22 mai. 2025.

SILVA, L. S.; COTTA, R. M. M.; ROSA, C. O. B. Estratégias de promoção da saúde e prevenção primária para enfrentamento das doenças crônicas: revisão sistemática. Revista Panamericana de Salud Pública, Washington, 34, 5, 343-350, 2013. Disponível v. n. p. em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/34353/v34n5a04.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 22 mai. 2025.